

**MORAIS, J. F. Regis de**  
**CIÊNCIA E TECNOLOGIA – INTRODUÇÃO METODOLÓGICA E CRÍTICA**  
São Paulo, Cortez & Moraes, 1977, 180 páginas

Na época em que vivemos, marcada pelo desenvolvimento das investigações científicas e pelo apelo cada vez mais crescente à técnica para a organização da vida humana, não têm sido poucos os que, preocupados com o panorama que se vai delineando, voltam sua reflexão para o significado desse fenômeno.

O livro do professor J. F. Regis de Moraes vem somar-se aos de outros estudiosos, guardando, entretanto, algumas características que o destacam e o recomendam de forma especial.

A intenção do autor é “oferecer os primeiros elementos para uma reflexão acerca das realidades científica e tecnológica”. Seu propósito é, antes de tudo, didático. O livro é fruto de suas experiências no ensino de Metodologia Científica na Faculdade de Análise de Sistemas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e se destina, principalmente, aos estudantes universitários que, hoje no Brasil, iniciam sua tarefa no campo da ciência. Entretanto, qualquer pessoa que se preocupe em questionar o momento científico-tecnológico encontrará no trabalho do professor Regis de Moraes elementos valiosos para sua análise.

A obra está dividida em três partes. Na primeira: **A ciência e seus caminhos**, procura-se caracterizar o procedimento científico, explicar os recursos metodológicos fundamentais da ciência e fazer uma crítica a alguns pressupostos do conhecimento científico. O autor justifica tal empreendimento no fato de que, para se fazer uma reflexão sobre um dado, é importante que ele esteja claro, que tenha sido visto, para que se volte sobre ele o olhar crítico. Assim, no primeiro capítulo ( págs. 21 a 52 ), encontramos a necessária distinção entre conhecimento vulgar e conhecimento científico e o recurso à história da ciência a fim de se verificarem as transformações que a conduziram a ter, em nossos dias, as características que possui. São analisados a natureza e os objetivos da ciência, faz-se a distinção entre ciência e técnica. Procura-se deixar de lado a afirmação de que ciência é conhecimento e técnica a aplicação desse conhecimento. “Nos dias atuais”, afirma o autor, “ciência e técnica são atividades absolutamente interdependentes e, até certo ponto, fundidas”. Ele procura deixar claro que “a marcha da ciência é uma manifestação dialética”, na qual estão presentes contradições que precisam ser levadas em conta no seu estudo.

O segundo capítulo ( págs. 53 a 82 ), procura mostrar como se fundamenta a atividade científica na sua investigação da realidade, que caminhos ( métodos ) têm sido utilizados para que seus fins possam ser alcançados. Discute-se a divisão do conhecimento científico, os procedimentos que a ele conduzem, a atitude experimental, a necessidade de verificação dos dados.

No capítulo III ( págs. 83 a 96 ), esclarecendo que não tem o propósito de fazer uma epistemologia — uma teoria do conhecimento científico —, o autor se dispõe a “questionar alguns elementos do dogmatismo da ciência”. Apoiado na afirmação de que “ciência é um conceito abstrato” e de que na verdade “o que há são cientistas desenvolvendo um trabalho”, discute o problema da objetividade do saber científico, confrontando essa noção com as de subjetividade e intersubjetividade, que também estão presentes, de alguma forma, na atividade científica. Analisam-se aí também as características do processo de comunicação no terreno da ciência, os elementos fundamentais do discurso científico, os problemas que os cientistas enfrentam no terreno da linguagem.

A segunda parte do livro é dedicada à análise da **Realidade Tecnológica**. O capítulo IV ( págs. 99 a 128 ) estuda o posicionamento da técnica em geral e o capítulo seguinte ( págs. 129 a 153 ) enfoca o tema da cibernética e da automação. O autor leva em conta o pouco conhecimento que se tem, nas universidades, da verdadeira face da tecnologia e das linhas fundamentais da cibernética. Na verdade, alguns dos argumentos que vemos constantemente usados nas discussões sobre o tema fundamentam-se apenas em conhecimentos do senso comum, deixando de lado elementos importantes para uma verdadeira colocação dessa problemática. Então, o autor mais uma vez recorre a dados históricos para distinguir técnica e tecnologia, verificar os princípios que regem a civilização tecnológica, mostrar os novos poderes que o homem tem desenvolvido, as perspectivas sociais da automação, e questionar os resultados de todas essas transformações. Aí tenta-se já pensar em caminhos para a superação de uma situação caótica e aflitiva, aquela em que nos encontramos. Apela-se para o pensamento utópico, para a esperança concreta de uma humanização autêntica do mundo contemporâneo.

É, entretanto, na última parte do livro, intitulada **Perspectivas Antropológicas** ( capítulo VI, págs. 157 a 175 ), que, a um nível de reflexão filosófica presente em toda a obra, mas explorado significativamente nessa seção, o autor busca sedimentar o sentido de seu trabalho, pensando sobre o homem da era tecnológica. Ele parte de três questões que considera básicas: “a) que culpa

teve o homem ocidental ( em termos de intencionalidade e premeditação ) de haver construído em mundo tão contraditório para si, como se mostra o mundo resultante da tecnificação ? b) como o homem atual se **compreende** a partir da imagem do ambiente que ele mesmo criou ? c) com que perspectiva pode contar o homem contemporâneo ?

É então que se denunciam as graves implicações de uma mentalidade tecnológica que domina o nosso viver. E que se anunciam possibilidades de o homem libertar-se em seu caminho para sua afirmação como pessoa. É o que constitui a riqueza do livro e o distingue de trabalhos da mesma natureza. Constantemente têm-se apontado aqui e ali os aspectos negativos de nossa civilização cientificista e tecnicista, mas, em nome mesmo de uma “neutralidade científica” — que exatamente faz parte de uma mentalidade dominante — deixam-se de lado as possibilidades de superação. “Isso não nos diz respeito”, é o que ouvimos. Mas é justamente porque isso diz respeito a cada um, no compromisso que se tem de assumir como participante de uma sociedade e artesão de uma história, que toda denúncia só tem sentido se acenar com o anúncio de uma transformação. O professor Regis de Moraes fornece instrumentos para essa atitude, na medida em que fundamenta a sua preocupação numa realidade que vivemos hoje no Brasil e chama atenção para a necessidade de opção **nossa** diante dessa realidade.

**Terezinha Azeredo Rios** \*

**STEIN, Suzana Albornoz**

**POR UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA**

**Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1976, 100 págs.**

Suzana Albornoz Stein analisa o complexo problema educacional, suas críticas, suas razões e alternativas.

A autora baseada na obra de Hartmut von Hentig “Cuernavaca oder Alternativen zur Schule” sobre o sistema educacional norte-americano, enumera um grande número de críticas à Escola.

A primeira crítica à Escola é, que esta não tem sido capaz de diminuir as diferenças sociais, mesmo após algumas reformas com o fim de

\* Mestranda em Filosofia da Educação na PUCSP, professora de Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneo no Ciclo Básico da mesma Universidade.

democratizá-la, ainda assim, não se consegue a “igualdade de oportunidades” ( pág. 26 ), fato confirmado através de pesquisa feita com alunos das escolas primárias de Nova Iorque, “os resultados da avaliação são em geral satisfatórios nos bairros onde predomina a classe branca, e chegam, a ser catastróficos nas áreas mais pobres de Mannhatan, especialmente no Harlem” ( pág. 26 ).

Outra crítica à Escola é pela sua ineficiência em acompanhar as mudanças constantes das atividades humanas, pois não basta preparar só a infância, os adultos também precisam atualizar-se, reciclar-se. “A escola é ineficiente para responder às exigências de atualização constante, e formação para o trabalho, numa sociedade em que os processos e as técnicas continuamente se modificam” ( pág. 29 ).

A terceira crítica analisada é aquela que responsabiliza a própria escola pelo fracasso educativo, quando se considera o número de matrículas e o número daqueles que terminam o curso, pois há uma grande evasão e não menor número de reprovação e a culpa deve recair sobre a própria escola, embora essa culpa seja fruto de um grande número de variáveis que interfere na avaliação escolar. “A sociedade — os círculos de pais, as associações de bairros, os representantes de classe, o próprio governo — arroga-se o novo direito de julgar o trabalho da escola, responsabilizando os professores pelos fracassos escolares, avaliados de forma estatística” ( pág. 31 ).

A quarta crítica, refere-se à estrutura autoritária da escola, primeiro, porque é pela lei de Estado que se é obrigado a freqüentá-la; em segundo, há a autoridade do regimento interno e, em seguida, a autoridade que os professores têm sobre os alunos.

A autora depois de analisar as críticas à escola, analisa a defesa dela enumerando vários aspectos.

O primeiro aspecto é, que a escola é necessária como promotora do desenvolvimento, devido à complexidade do processo civilizatório, obrigando a educação a tornar-se um processo sistemático. Há uma necessidade humana por educação.

Outro aspecto é a necessidade de uma instituição especializada para que a escola possa ser uma fonte de conhecimentos.

Analisa-se a seguir, a escola como necessidade para a libertação da família, pois com a rápida urbanização, os problemas que antes pertenciam às famílias, passaram a ser complementados por outras instituições,

sendo a escola aquela que, mais de perto, pode substituir os cuidados familiares, na proteção e instrução às crianças.

Outro ponto que mereceu atenção foi o das contradições do sistema escolar, onde se examina o problema dos currículos obrigatórios e programas escolares, além dos critérios de avaliação, nos quais pode haver discriminações, já que as crianças chegam à escola apresentando diferenças culturais, fruto do ambiente do qual se originam. As exigências de padrões de rendimentos poderão beneficiar aqueles alunos vindos de um ambiente onde havia melhor escolarização dos pais, prejudicando aqueles, cujos pais não foram sequer escolarizados.

A inadequação dos currículos cria um grande problema para os estudantes com referência ao mercado de trabalho, que às vezes já se encontram saturados e só os mais bem escolarizados, os que têm mais "recomendações" poderão encontrar uma ocupação coerente com o seu curso.

A autora aponta várias tendências contraditórias: espontaneísmo e formalismo, sensualismo e racionalismo, mobilismo ou imobilismo social, familismo e estatização, descentralização, diversificação ou uniformização, individualização ou massificação, democratização ou elitização e vinculação ou desvinculação ao mercado de trabalho.

A autora chama a atenção, para as alternativas à Escola, iniciando com o Coletivo Infantil de Israel, funcionando o Kibutz como um entrosamento entre a comunidade infantil a vida familiar e a realidade profissional. A Escola de Alunos de Barbiana, na Itália, onde os alunos que sabem mais ensinam os que sabem menos e aqueles são orientados por adultos, que não são professores profissionais. "A escola busca servir à transformação e melhoria da sociedade" (pág. 53).

Outras alternativas analisadas no livro são: A conscientização de adultos, baseada no método Paulo Freire, a Educação de adultos de Margaret Mead nos Estados Unidos, a Prioridade da Educação de Adultos, de Lauro de Oliveira Lima, as escolas livres, Summerhill na Inglaterra e Children's Community de Anita Moses, em Nova Iorque, os Serviços de Mediação Cultural de Ivan Illich e Everett Reimer, a Desescolarização da Escola de Hartmut von Henting, experiências com T.V. educativa no Brasil e em Samoa, além de outras alternativas apresentadas.

Por fim, aponta a autora o papel da mulher emancipada na educação libertadora, mostrando que a mulher sempre esteve ligada "à trans-

missão das normas da sociedade, à reprodução dos modelos de comportamento, à educação das crianças; outrora, no lar, na família; hoje, tanto no lar como na escola, nas instituições educacionais da sociedade organizada. Em grande parte do mundo, as mulheres assumem, em massa, as tarefas do sistema escolar” ( pág. 91 ).

Concluindo, podemos dizer que Suzana Albornoz Stein levantou uma série de questões a respeito do complexo problema educacional, procurando responder às perguntas: a escola atual é a melhor ? resolve os problemas educacionais ? resolve as injustiças ?

É uma chamada de atenção para todos aqueles que têm a responsabilidade do angustioso problema da educação em nossos dias.

**Antonio Cavalcante de Albuquerque \***

**WEBER, Silke.**

**ASPIRAÇÕES À EDUCAÇÃO.**

**Petrópolis, Vozes, 1976, 142 págs.**

O texto aqui apresentado, resumo da tese de doutorado da autora, apreciada pela Université René Descartes, Paris V, em 1972, se identifica como uma proposta de investigação dos fundamentos aspiracionais que, relacionados com o sistema escolar, nele exercem influência. Para isso a autora, toma como universo de sua pesquisa, a população da cidade de Recife, no ano de 1970, a partir do qual coleta os dados das diferentes concepções que essas pessoas possuem sobre a educação e instrução, sobre a instrumentalidade e condições de educação e, principalmente, sobre a imagem que lhes é refletida pela pessoa educada.

Sob essa perspectiva, a autora efetua uma análise das condições dentro das quais são elaborados estudos, diagnósticos e propostas sobre a educação, conduzindo-a a formular a tese de que a educação deve ser proposta como tentativa de contribuir para a efetiva integração do indivíduo em determinado contexto social.

“Assim, optou-se por examinar alguns elementos concernentes ao sistema de ensino existente anteriormente” ( pág. 14 ), considerando-se que

\* Mestrando em Filosofia na PUCC.

os efeitos da recém-implantada Reforma de Ensino, não permitem ainda uma análise sem características precoces.

Conseqüentemente, no Cap. I, é abordada: a) a Estrutura e a Organização do Ensino a partir da lei "Diretrizes e Bases" como permitindo uma flexibilidade de currículos e métodos empregados na educação, o que vem a gerar a distinção qualitativa de escolas; b) a matrícula nos três níveis de ensino, onde é dada ênfase à seletividade do ensino brasileiro que identifica o papel específico da educação em uma sociedade de classes, atuante como instrumental para a situação social vigente.

No Cap. II, é elaborada uma "abordagem sociopsicológica que possibilite analisar as condições nas quais se produz um discurso sobre educação" (pág. 24). Aqui é salientado, que os indivíduos geralmente são levados a associar a educação com melhores condições de vida, fato esse que pode ser atribuído à situação de inconsciência que as pessoas possuem dos reais fatores que lhes causam a condição social. Por outro lado, é observado que esta situação de inconsciência é devida mais ao nível de percepção, que ao nível aspiracional, barreira esta criada pela própria sociedade de classes às classes dominadas. Essas colocações vêm embasadas pelo estudo de pesquisas realizadas nos Estados Unidos, que de maneira geral "tratam das aspirações à educação e das aspirações profissionais; da relação entre os níveis de aspiração profissional e os níveis de realização educacional e profissional, da relação entre aspiração profissional; e realização profissional" (pág. 28). A partir dessas análises, a autora conclui que um estudo do processo gerador da definição de aspirações à educação, muito poderia contribuir para a compreensão do valor atribuído à educação, se se tomasse como contexto a realidade de uma cidade brasileira. Daí a escolha da sociedade de Recife, "onde aparentemente novas oportunidades em matéria de educação são oferecidas, os objetivos... são definidos particularmente pelas imagens e representações das performances dos indivíduos ou grupos que eles tomam como referência" (pág. 35). Surge aí a formulação da hipótese, "as aspirações à educação reproduzem as aspirações das classes dominantes, sob a forma de aspirações à participação dos privilégios reservados a esta classe" (pág. 37), elaborada com referências e embasamentos em hipóteses de pesquisa de outras sociedades, que embora não interpretassem nossa realidade educacional, foram úteis para configurá-la.

No Cap. III, é descrito o universo específico da pesquisa elaborada, ou seja, os pais de alunos, os responsáveis pelas primeiras decisões na educação dos filhos representam, sobretudo, a população ativa atual com relação

ao mercado de trabalho. No mesmo capítulo é feita a descrição da Escolha do Método, da Pesquisa de Campo e da Análise dos Dados, que efetivaram a proposta da autora.

No Cap. IV, são fornecidas as características do universo pesquisado, através de três “meios sociais”: 1º) naturalidade e tempo de residência em Recife; 2º) faixa etária e grau de instrução e 3º) situação ocupacional dos pesquisados.

No Cap. V, são apresentadas as imagens e representações relativas à educação e já resultantes da pesquisa. Apresentam-se então, as diferentes imagens de uma pessoa educada, relacionadas com “status” e conhecimento e, analisam-se as representações da educação, através de seu conteúdo, instrumentos, finalidades e condições.

O Cap. VI apresenta comparações entre a experiência escolar percebida ou vivenciada pelos entrevistados e seus filhos e a visão futura que essas pessoas possuem da escola, a partir do conhecimento que dela esperam adquirir.

O Cap. VII demonstra a representação que os entrevistados possuem com relação ao papel da escola na educação e a confirmação, a partir destas representações, de que a educação institucional contribui para a divisão social do trabalho.

O Cap. VIII conclui pelas “aspirações a uma melhor integração social” (pág. 108), considerando as diversas significações que estas aspirações têm para os pais, relacionadas aos seus ideais e à sua real condição de vida.

Na sua conclusão, Silke Weber evidencia as aspirações à educação como resultantes de um processo de condicionamento efetuado em determinado contexto social.

Portanto, de total utilidade este livro, para educadores e pessoas preocupadas com a educação, problema que em nossa sociedade centraliza interesses, discussões, estudos e programas. Principalmente indicado, pela sua originalidade, em abordar o problema até então nos apresentado como influenciado por modelos ambíguos e pesquisas repetitivas sobre os mesmos dados.

Aqui, a análise de conceitos básicos de educação, realizada a partir de um universo quase esquecido: o dos **pais** dos alunos, se nos apresenta como tentativa valiosíssima de racionalização do discurso educacional e de

adequação de padrões universais a um contexto atual e representativo de nossa realidade social.

Clélia Ester Ragonha \*

**MILHOLLAN, F. e FORISHA, B. E. — SKINNER x ROGERS:  
MANEIRAS CONTRASTANTES DE ENCARAR A EDUCAÇÃO.**

Tradução: Aydano Arruda

Summus Editorial — São Paulo — 1976 — 193 págs.

Os autores partem da premissa de que dois sistemas filosóficos fortemente divergentes estão representados na atual literatura educacional gozando de consumo popular, e, refletindo-se consideravelmente na prática educacional hodierna, assim como nas reformas e inovações propostas nas escolas.

Comportamentalismo e Fenomenologia — duas formas contrastantes de encarar a educação, não apenas do ponto de vista teórico, mas também prático. Entretanto, tal divergência, não se refere apenas à eficácia dos processos de aprendizagem, mas se estabelece em diferentes concepções do Homem e da Educação.

Baseando-se fundamentalmente em duas obras: Tecnologia do Ensino, de Skinner e Liberdade para Aprender, de Rogers, os autores situam as origens filosóficas e históricas dos modelos, comportamentalista e humanista, delimitando suas teorias e expondo seus processos e implicações.

Na 2ª Parte, é abordado o pensamento de Skinner. No ver dos autores sua contribuição consiste em grande parte no desenvolvimento como ciência objetiva.

“A orientação comportamentalista considera o homem um organismo passivo, governado por estímulos fornecidos pelo ambiente externo. O homem pode ser manipulado, isto é, seu comportamento pode ser controlado através de adequado controle de estímulos ambientais” ( pág. 17 ).

A conscientização do indivíduo pode provir de suas relações acidentais com o mundo ou ser controlada, de tal forma, que a consciência não se forme acidentalmente. De qualquer maneira, o indivíduo manipulado, seja

\* Professora da Faculdade de Filosofia de Americana; Mestranda em Filosofia na PUCC.

aleatoriamente por suas relações com a sociedade, seja determinadamente pelo controle científico da educação.

“Skinner afirma que é necessário um plano científico para promover o desenvolvimento do homem e da sociedade. Não podemos tomar decisões sábias se continuarmos a pretender que não somos controlados ( pág. 67 ).

Acentua também, que, tradicionalmente, o homem era considerado como um agente livre e seu comportamento o resultado de mudanças interiores, espontâneas. Afirma que hoje esse ponto de vista foi abandonado pois “a vontade interna torna impossível a predição e controle do comportamento” ( pág. 67 ). A liberdade de aprendizagem deve, pois, ser desprezada, e os educadores têm o direito, senão o dever, de controlar todo o processo educativo, que fica assim apresentado explicitamente, como forma de controle social.

Skinner considera que a aplicação de seus métodos à educação deve ser simples e direta pois “a escola está interessada em transmitir à criança grande número de respostas. A primeira tarefa é modelar as respostas, mas a tarefa principal é colocar o comportamento sob numerosas espécies de controle de estímulo” ( pág. 111 ).

Neste sentido, “a mais conhecida aplicação educacional do trabalho de Skinner é, sem dúvida, a instrução programada e máquinas de ensinar. Em educação, o comportamento a ser modelado e mantido é geralmente verbal, e pode ser posto sob o controle de estímulos tanto verbais, quanto não verbais. Isto é melhor realizado por uma máquina” ( pág. 112 ). Embora, não seja a máquina propriamente dita, que ensina, ela coloca estudante e professor em contato mútuo. “Em muitos aspectos, diz Skinner, é como um professor particular no sentido de haver constante intercâmbio entre o programa e o estudante. A máquina mantém o estudante ativo e o alerta” ( pág. 114 ).

Na 3ª Parte é apresentado o pensamento de Rogers caracterizado com pensamento fenomenológico.

Para a orientação fenomenológica o homem é essencialmente livre e fonte de todos os seus atos. O ponto focal de sua liberdade é sua consciência, sendo o comportamento apenas a expressão observável e a consequência de um mundo interior essencialmente privado. Assim, somente uma ciência do homem que experiencie essa interioridade pode ser adequada ao estudo do organismo humano.

“Psicólogos científicos humanistas como Rogers, desejam uma concepção diferente de ciência — seja um novo tipo de ciência, seja uma significação mais ampla de ciência, que se mostre fiel ao homem. Para eles, fenômenos cotidianos da vida como experiência, sentimentos, significações, humor, são psicologicamente relevantes” ( pág. 124 ).

Rogers dedicou a maior parte de sua vida profissional ao trabalho com pessoas, em situações clínicas, em lugar de trabalhar em laboratórios com animais. Não foi também simplesmente acadêmicos, isto é, interessado apenas em especulações separadas de situações da vida real. Foi a partir de experiências clínicas que Rogers desenvolveu suas várias posições teóricas em diversas áreas de interesse em Psicologia e Educação. Considerando a realidade como fenômeno subjetivo, Rogers a define fenomenologicamente como sendo “uma única no mundo fenomenal de um indivíduo” ( pág. 150 ), pois é o próprio ser humano que constrói seu mundo interior a partir de sua autopercepção havendo em cada indivíduo uma consciência que lhe permite significar e optar. Essa consciência autônoma e interna é a liberdade, e o ponto central da Educação deve ser a preservação desta liberdade.

Analisando a obra *Terapia Centrada no Paciente* ( 1951 ) os autores destacam e comentam os 19 princípios formais a respeito do comportamento humano, e todos eles tratam de aprendizagem do ponto de vista fenomenológico. Inerente a estes princípios encontra-se a premissa rogeriana que enfatiza a “capacidade do homem para adaptar-se, isto é, propensão a crescer em uma direção que lhe engrandeça a existência” ( pág. 148 ). Este crescimento positivo poderá ser tolhido ou dirigido de maneira errada, se a noção única ou imagem de realidade do indivíduo não for congruente com a realidade. Portanto, o comportamento depende da realidade subjetiva do campo fenomenal e não das condições estimulantes de qualquer realidade ambiental externa.

É ainda bem examinada no livro, uma das questões primordiais da teoria rogeriana: “que dado um ambiente não ameaçador no qual um indivíduo possa experimentar os vários possíveis modos de ser à sua disposição, a congruência com a realidade aumentará e o crescimento recomeçará” ( pág. 150 ).

Rogers também considera fundamental que, em qualquer relação onde deva ocorrer aprendizagem, precisa haver comunicação entre as pessoas envolvidas. Comunicação por natureza, só é possível em clima caracterizado por compreensão empática.

Só numa atmosfera de confiança na capacidade do indivíduo para desenvolver suas potencialidades é que poderá ser facilitada a aprendizagem, oferecidas oportunidades e dada a liberdade. O estudante deve, portanto, ser foco central da sala de aula. "Rogers observa que após a criança ter passado diversos anos na escola, a motivação intrínseca pode estar sufocada. Mas está sempre lá, esperando ser extraída" ( pág. 183 ).

Para que a aprendizagem seja autêntica e significativa recomenda ele entre outras técnicas, o grupo de encontro básico ( grupo T ) em contraposição à instrução programada oferecida pelos comportamentalistas. Trata-se de um excelente meio pelo qual um estudante pode preencher vazios de informação de que precisa para enfrentar os problemas. E ainda sustenta que o efeito de grupos de encontro pode ser razoavelmente bem predito. "Professores serão realmente mais capazes de ouvir estudantes especialmente em seus sentimentos. Terão possibilidades de eliminar dificuldades interpessoais em lugar de se tornarem punitivos e disciplinadores. A atmosfera da sala de aula tornar-se-á mais igualitária, propícia à espontaneidade, ao pensamento criativo e ao trabalho autodirigido e independente. Estudantes descobrirão sua própria responsabilidade por sua aprendizagem" ( pág. 185 ).

Conclui-se que o principal objetivo do livro é apresentar os dois modelos divergentes de homem, as premissas filosóficas que caracterizam cada enfoque e as condições de aprendizagem educacional de cada posição.

A reflexão que ele provoca atinge o problema fundamental do comportamento humano; por isso o livro adquire caráter amplamente prospectivo, constituindo-se numa apresentação clara e sucinta das posições assumidas por estes dois grandes psicólogos educacionais, oferecendo excelente fonte de referência para todos os que se dedicam ao estudo do assunto.

**Profa. Sulami Pereira Guedes \***

\* Professora de Psicologia da Educação e de Comunicação Oral na PUC de Campinas; Mestranda em Filosofia da Educação, na PUCSP.